

A NECESSÁRIA IGNORÂNCIA DO ANALISTA

Maria Luiza Cavalcanti

No discurso comum , escutamos comumente expressões tais como: ignorante! ou ignora. Na primeira fala, ignorante seria aquele que não detém o saber ou o conhecimento de um determinado assunto. Na segunda, um pedido imperativo para que se desconheça (ignore) um determinado saber.

Semanticamente, ignorância é concebida como uma condição e como um estado. Enquanto condição, a ignorância é circunstancial, contingente, refere-se a um não saber adquirido através de uma experiência, uma observação, uma instrução ou de um ensino. Já a ignorância enquanto estado é definida como modo de ser ou estar em que alguém se encontra.

Traço Freudiano Veredas Lacanianas Escola de Psicanálise
www.traco-freudiano.org

Revista Veredas

Se há uma ignorância que se faz necessária ao analista, de que ignorância se trata? O que o psicanalista deve então saber? Ignorar o que sabe? Mas, o que ele sabe?

A situação analítica cria tanto uma condição de ignorância quanto um estado. Enquanto condição, a ignorância se presentifica não pela falta de um saber constituído, mas pela ausência da fala verdadeira em oposição ao discurso verdadeiro. E, enquanto estado, a ignorância vivida, na experiência analítica, leva a um “des-ser” ou um estar em si mesmo. Analista e analisando vivem, através da relação transferencial, momentos de verdadeira ignorância diante da verdade avassaladora do inconsciente.

A noção de ignorância é, certamente, nessa situação, uma dialética, que, frente à verdade do inconsciente, constitui-se como tal. Ou seja, se o sujeito não se coloca em referência à sua verdade; se não se questiona sobre o saber do que é e do que não é, não há ignorância.

Num processo de análise, a partir do momento em que há uma retificação da subjetivação do sujeito, implicando-o implicitamente numa busca de sua própria verdade, começa a se instaurar uma ignorância, que é a ignorância de si mesmo. Ignorância sobre uma verdade até então não revelada, mas velada.

Contudo, essa ignorância não é, pois, uma pura e simples ignorância, um saber zero, onde não houve nenhum registro, nenhum pré-conhecido. Essa ignorância se expressa no processo da denegação (*Verneinung*) e que, no conjunto estático do sujeito, ou seja, no congelamento dos seus significantes, chama-se desconhecimento. Desconhecimento do que o constitui como sujeito desejante. Sabemos, desde Freud, que o eu nada sabe dos desejos do sujeito.

Nesse sentido, desconhecimento não é igual à ignorância. Esse desconhecimento está relacionado com uma certa organização de afirmações e denegações a que o sujeito está submetido. Se o sujeito desconhece algo de si mesmo, é preciso que saiba em torno de que opera essa função de desconhecimento. É preciso que haja por trás desse seu desconhecimento um certo conhecimento já registrado, mas, ainda, desconhecido.

É, pois, esse desconhecimento implicado através da função do eu, que é essencialmente de conhecimento. É este o conhecimento que orienta e dirige o desconhecimento e que leva o sujeito a um estado de ignorância diante de sua própria verdade. Ou seja, um estado do sujeito enquanto ser de fala.

Sabemos que, na análise não só o eu do analisando se presentifica na fala como também o eu do analista.

Podemos dizer, assim, que a fala se manifesta como uma comunicação entre o eu do analisando e o eu do analista. Não apenas o sujeito, por esperar que

o outro torne verdadeira sua mensagem, vai proferi-la sob uma forma invertida, mas também em que essa mensagem o transforma, ao anunciar que ele é o mesmo.

Portanto, a fala é tão mais verdadeira quanto menos sua verdade se fundamenta na adequação à coisa:

a fala verdadeira opõe-se, paradoxalmente, ao discurso verdadeiro, distinguindo-se a verdade dos dois pelo fato de a primeira (a fala verdadeira) constituir o reconhecimento de seus seres pelos sujeitos, no que eles estão interessados nela, ao passo que o segundo (o discurso verdadeiro) constitui-se pelo conhecimento do real, tal como visado pelo sujeito nos objetos. Mas, cada uma dessas verdades aqui distinguidas altera-se ao cruzar com a outra em seu caminho.¹

Mas, se essa fala é acessível, é porque nenhuma fala verdadeira é apenas fala do sujeito, uma vez que é sempre se fundamentando na mediação com um outro sujeito que ela opera, abrindo-se por aí uma cadeia sem fim, mas não indefinida, das palavras em que se analisa concretamente a dialética do reconhecimento.

Se o analista, contudo, excluir da sua relação com o sujeito qualquer fundamento na fala, ela nada pode comunicar-lhe que não seja extraído de um saber preconcebido ou de uma intuição, isto é, que não esteja submetido à organização de seu próprio eu.

¹ LACAN, Jacques. **Variantes do tratamento padrão – Escritos**, p.353.

Nesse sentido, o eu na análise, seja do analista ou do analisando, aparece inteiramente na estrutura de uma relação narcísica, portanto, especular, e assim do registro do imaginário.

Sabemos que o eu é sempre metade de si mesmo e vive a buscar incessantemente sua outra metade e, ainda, ao encontrá-la está sempre a perdê-la. Compreende-se, pois, que faça tanta questão dela e procure conservá-la em tudo e em todos os que pareçam reproduzi-la nele mesmo ou no outro, e que lhe ofereça a semelhança.

É no seio das experiências de impotência e intimidação dos primeiros anos de vida que o indivíduo é introduzido nessa imagem do domínio de suas funções, na qual sua subjetividade permanece cindida, e cuja formação imaginária mostra, antes de tudo, a condição que o insere na dialética alienante do eu e do tu, ou do eu e do Outro.

A ação da análise é sempre reproduzir essa relação primeira, essa forma imaginária que leva todas as marcas, marcas estas sobrepostas umas às outras, das experiências de impotência e despedaçamento em que o sujeito se modelou e que, ingenuamente, tende a reproduzi-las ao centrar seu discurso nesse ponto focal. Mas, desde o momento em que entra na condição da regra fundamental, que o leva a um desconhecimento de si e a uma desnarcisação dos seus eus, que aparecem concatenados no discurso verdadeiro, faz emergir a fala verdadeira e, assim o sujeito do inconsciente.

E é justamente na pregnância visual dessa forma imaginária que o sujeito procura conservar suas origens, que se encontra a condição fundamental do analista que requer que este ocupe na situação analítica um lugar que o torne invisível para o sujeito. Evitando, assim, a modelagem do sujeito pelo eu do analista, que seria apenas mais um âlibi de seu narcisismo. As imagens narcísicas, com efeito, só fazem produzir-se mais pura e assim menos comprometida.

Essa invisibilidade do eu do analista não quer dizer unicamente ausência do eu corporal do foco visual, mas acima de tudo e principalmente dos seus eus imaginários ou de suas imagens primordiais. É preciso que o analista tenha se despojado das imagens narcísicas de seu eu, de todas as formas de desejo em que ela (imagem) se constituiu para reduzi-la à simples figura que a sustenta. Invisibilidade em si e de si. Falar do silêncio do analista não significa apenas que ele não faça barulho, mas que se cale em si e de si. E é na medida em que ele faz silenciar em si que se abre a cadeia das falas verdadeiras, podendo ele instaurar sua interpretação reveladora.

Freud fala de uma purificação do analista para que este “fique ciente daqueles complexos seus que poderiam interferir na compreensão do que o paciente lhe diz”.²

² FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. **Obras Completas.**

Mas reconhece também, já no fim da vida, que essa purificação não é plena quando diz que o analista “geralmente não atinge, em sua própria personalidade, o grau de normalidade a que gostaria de fazer seus pacientes chegarem”.³

Portanto, ao analista se impõe a condição ideal de que as imagens do seu narcisismo primário tenham-lhe tornado transparente, para que ele seja permeável à fala autêntica do outro, com sua autêntica escuta, de quem se trata agora de compreender como ele pode reconhecê-la através de seu discurso.

O saber acumulado em sua experiência concerne ao imaginário, onde ela (experiência) tropeça incessantemente. Contudo, para amenizar os tropeços, necessário se faz que mergulhe numa exploração sistemática do inconsciente, a fim de constituir a história primordial das formas, das miragens, da captura do desejo ou de identificações do sujeito. Seja qual for a dose de saber adquirida pelo analista, ela não tem nenhum valor formativo no sentido psicanalítico.

Nada melhor que a própria psicanálise, com sua prática subordinada em sua destinação ao que há de mais particular e singular no sujeito, para mostrar suficientemente ao analista a via de sua formação.

³ FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, p. 93.

Com efeito, uma formação que só pode enveredar pelo reconhecimento do sintoma como um saber ignorado. E que o torna ignorante diante da sua própria verdade. Isso no sentido estritamente psicanalítico em que o sintoma é o retorno do recaiado e de que o recaiado é a censura da verdade.

Nessa perspectiva, a ignorância não deve ser entendida como ausência de saber, mas como uma paixão do ser, ou seja, uma via em que o ser se forma ou se reforma.

A descoberta desse estado de ignorância, que é o não-saber de si mesmo, revela um saber frutífero, produtivo, bem mais elaborado, uma vez que foi mediatizado pela fala, fazendo desvencilhar as miragens narcísicas.

“A posição do analista deve ser a de uma ignorância doura, o que não quer dizer sábia, mas formal e que pode ser, para o sujeito, formadora..

Assim, a análise só pode encontrar sua medida nas vias de uma doura ignorância”. 4

4. LACAN, Jacques. Os Escritos Técnicos de Freud. p. 364.

REFERÊNCIA

FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1912.

— . Análise terminável e interminável. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ed. Imago. 1937.

JACQUES, Lacan. Os escritos técnicos de Freud. Livro1. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1954.

— . O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, livro2. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1955.

— . A direção do tratamento e os princípios do seu poder. Os Escritos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1958.

— . Variantes do tratamento-padrão. Os Escritos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1953.

.